

# PODER FEMININO KANAMARI NO RITUAL DO KOHANAN<sup>1</sup>

Por Ana Claudia Figueroa, julho de 2006.

Deste trabalho se vestem a maior parte das índias, não só da Vila de Santarém, mas também as da Vila Franca e Alter do Chão. Um pacará ordinário não custa menos de 1.600, comprado às índias nas Povoações. Na Cidade sobe o seu preço de 3 até 4.000 réis. Um tabuleiro vale 1.200 na Povoação e chega a 2.000 réis na Cidade. Pelo preço de 160 se compra cada chapéu que na Cidade custa 400 réis. Mas esta indústria não é tão proveitosa às índias, como parece. Os Diretores e os Comandantes dentro de 3 ou 4 anos, não só pretendem desempenhar-se, mas segurar o bolo para o resto de suas vidas. A título de empregarem as índias em algum trabalho lucrativo para elas e evitarem a ociosidade, distribuem por elas, e principalmente pelas mestras, diversas encomendas de pacarás, tabuleiros, chapéus, etc., não para as pagarem à razão dos 1.600 e 1.200, que valem, e cujo valor não dobrar na Cidade, mas para lhes pagarem por dia à razão de 40 réis. Isto não em dinheiro, logo que acabem a obra, mas em panos de algodão, em alguma berganha avariada e avaliada ao seu arbítrio, quando lhes chega na Cidade. Se a índia, que bem percebe a desigualdade do partido, se demora mais tempo do que o consignado pelo Diretor para concluir a obra, é notada de preguiçosa e castigada com palmatoadas ... Conjecture-se, pelo que digo, qual é o estímulo que deve ter esta gente para aumentar a sua indústria, vendo ela que todo o seu trabalho cede em proveito dos brancos, e, se não cede, é punida como incúria própria. (FERREIRA [1786], 1974, p. 47-48)<sup>2</sup>

Introduzir a quem lê este texto com esta citação é uma provocação. Provocar a memória histórica da ocupação da Amazônia, provocar o debate sobre o lugar do gênero feminino nesta relação, provocar um sentimento de indignação inevitável para quem vive tempos de afirmação dos direitos sociais coletivos tendo como fundo a conquista histórica dos direitos humanos.

Também o relato citado traz elementos da relação de produção e reprodução do sistema de colonização que estabelecem a exploração do trabalho humano que resulte na lucratividade de uns poucos sustentados pela supremacia bélica e ideológica na dominação e ocupação de uma territorialidade ancestral alheia. Empoderamento indevido, marca da história social, humana e civil constitutivas das relações entre grupos sociais que tecem a constituição da nacionalidade brasileira. Empoderamento constitutivo e explicativo da historicidade do preconceito nas relações interétnicas que constroem a profundidade das desigualdades étnicas no país.

Estamos em 2006. Na sociedade brasileira a garantia de direitos dos povos indígenas se consolida como realidade efetiva. Apesar de todas as contradições no processo

de implementação desses direitos, considera-se um período favorável às populações indígenas, enquanto tempo de afirmação das identidades etnicamente diferenciadas, com garantia a manutenção de valores e tradições próprios. Há um século atrás, os primeiros pensadores brasileiros a pensar a identidade social brasileira previam uma entrada no século XXI com uma sociedade amalgamada em identidade social mais unívoca, com extinção das características étnicas diferenciadas como as indígenas. Muito se idealizou para constituir uma sociedade que auxiliasse os indígenas a superarem “o estado primitivo de ser”<sup>3</sup>.

Entre o povo Kanamari a agricultura é uma das características que lhes garante fartura e possibilita várias atividades rituais onde a caissuma (bebida feita a partir da macaxeira cozida) é um dos elementos essenciais. Fartura e animação determinam o estado de ânimo das aldeias. As visitas, que frequentemente ocorrem entre aldeias, além de proporcionar interações de ordem pessoal, são momento de reafirmação de alianças sociais e econômicas, fortalecendo o sentimento étnico.

Embora a laboriosa abertura de roçado seja de responsabilidade dos grupos familiares, portanto de sua propriedade, o consumo é ritual e coletivo. As atividades de subsistência ocupam todo o tempo dispendido em atividades produtivas. A macaxeira é, para estes grupos, a base alimentar. A proteína vegetal é assegurada pela grande variedade de cocos da região. O sistema de reciprocidade norteia as relações sociais-econômicas, devendo a pessoa ou grupo agraciado retribuir com equivalência. Este sistema criou uma nova configuração nas relações comerciais com os não-índios.

O artesanato de caráter utilitário é largamente empregado nas tarefas diárias. Podemos encontrar peneiras, cestos, abanadores para fogo e potes de cerâmica. Palha e fibras vegetais são utilizados para confecção de roupas e máscaras rituais, além de tiaras, braçadeiras e outros enfeites usados tanto nas festas quando no dia-a-dia. O rapé é um elemento essencial na vida dos indígenas na região, usado para enfrentamento da labuta diária e sobretudo nas seções de cura.

## O ritual Kohanan

Estive em convívio entre os Kanamari entre janeiro de 2000 e fevereiro de 2003. No rio Juruá<sup>4</sup>, que a história de contato possibilitou permanência de vários aspectos ancestrais das culturas kanamari e kulina, a afirmação dos direitos convive com um período de intensa curiosidade de grupos indígenas sobre a cultura e valores da sociedade envolvente. Esta última, por sua vez, possui matriz polifônica, com influências cruzadas e híbridas de várias culturas tidas como “branca”, mais comumente nomeada como cabocla. Os kanamari e kulina também se seduzem pelos avanços da tecnologia e da economia da sociedade envolvente, trazendo como desafio o processo de assimilação destes, geralmente carregado de ações que lesam os indígenas e os transformam em grupos marginais e explorados.

O ritual do kohanan é uma festa entre os kanamari que tem função de fomentar o espírito colaborativo em uma das estações do ano, estratégico na constituição dos sistemas de manutenção alimentar das aldeias kanamari. O papel feminino, a sua função social, neste ritual é objeto de investigação deste trabalho.

Kohanan é uma festa ritual que acontece no terreiro da aldeia. Em geral, as festas rituais kanamari possuem uma estrutura onde os homens se vestem de espírito da floresta que será invocado com algum objetivo ritual e as mulheres representam os interesses de sustento, produção e reprodução. No caso do ritual kohanan a dança propõe uma estética onde um dos homens, vestido na forma de representante do espírito kohanan, dialoga em conjunto com demais homens, como caçadores, com as mulheres, que falam pela comunidade. Homens enfileirados de um lado, em oposição as mulheres também enfileiradas. De braços dados, no ritmo dos cantos de evocação e de respostas, um diálogo cantado se estabelece.

Mulher kanamari canta a fome, da carne, do peixe, estabelece as necessidades alimentares da aldeia e pede a retribuição da floresta para alimentar seu povo. Os homens, caçadores kanamari, respondem que irão acordar cedo no outro dia, vão se preparar para ir pra floresta buscar caça, pesca, sustento pra alimentar a aldeia. No vai e vem da dança no terreiro as mulheres pedem a proteção dos caçadores, que a floresta seja generosa com o

povo kanamari que respeita da vida dos bichos, cuidam da mata e que precisam alimentar a comunidade, por isso pede a graça e providência da ida para caça. O espírito kohanan fala através do canto do compromisso dos homens em ir caçar cuidando em cumprir todos tabus de proteção da reprodução animal na floresta.

O enfoque principal neste texto é a atribuição de poder terreno às mulheres interagindo com a presença espiritual encenada pelos homens. Há intrínsecas relações entre esta festa que encena a construção dos papéis sociais ordenadores das relações cotidianas de gênero. O texto relata as relações e a dinâmica de manutenção destas relações com os rituais existentes em algumas aldeias às margens dos afluentes do Rio Juruá.

Às mulheres kanamari é designada a função de definição da territorialidade do roçado. É o roçado que estabelece toda a distribuição geográfica das relações de parentesco. O roçado é plantado coletivamente, mas com territorialidades por núcleos familiares dos clãs. Há, geralmente, em uma aldeia kanamari, duas anciãs, matriarcas dos dois clãs que geralmente constituem a identidade da aldeia. Relacionam-se através de atos recíprocos na manutenção da aldeia, troca de frutos do roçado, trocas de partes da caça, pesca e coletas dos frutos e elementos diversos da floresta que fazem parte da estrutura de manutenção física e espiritual da aldeia.

A aldeia kanamari é construída às margens de um rio, as casas são construídas em formato de palafitas com um espaço circular central nomeado terreiro (ahokanin). Este formato circular substitui simbolicamente o formato interno das antigas malocas kanamari. Nas malocas antigas, única e grande o suficiente para comportar todas famílias dos clãs constitutivos da aldeia, possuía um espaço amplo central no interior da maloca, onde se realiza uma série dos rituais, hoje transferidos para este terreiro entre o rio e as casas.

As danças nas festas rituais são realizadas no terreiro. O ritual é uma rede de relações e práticas que possuem temporalidade diversa e extensa e que se misturam com outras atividades cotidianas. O melhor espaço para perceber a força e dinamicidade para olhos e sensibilidades desacostumadas de gente estrangeira como eu é o espaço da dança no terreiro na entrada da noite. No caso do kohanan as mulheres se convocam e chamam os homens para ir pro terreiro. A dança inicia com as duas fileiras opostas ritmicamente em

movimento pra frente e pra trás, orientados pelo protagonismo do canto, revezado pela solicitação das mulheres e resposta dos homens. De repente o personagem kohanan adentra a roda (em algum tempo já estava se preparando na floresta para viabilizar a vestimenta e a encarnação do espírito). Este personagem soma-se à fileira masculina e aos cantos postos.

É noite de lua cheia, a dança perpassa noite adentro, regada a caissuma e às crianças na imitação da vida e improvisação de brincadeiras. O compromisso com as mulheres firmado no ritual será enfoque nos dias seguintes marcando o direito feminino de demandar o trabalho masculino na floresta.

## **O poder feminino**

Nos últimos anos de afirmação de políticas públicas implementadas por estratégias diversas em educação e saúde, são construídos novos papéis sociais nas aldeias, como agente de saúde, professor(a), chefe. As mulheres kanamari geralmente não pleiteiam as novas funções sociais introduzidas nas aldeias. Isto sempre foi um elemento que me causou curiosidade.

Ao desvelar os elementos constitutivos do papel social feminino me deparei com situações como a convivência com Wahdawi. No trabalho indigenista em que estive envolvida a tarefa era realizar reuniões com lideranças da comunidade para elaborar propostas na implementação das ações. O enfoque era garantir o processo coletivo na concepção e realização das atividades. Wahdawi em geral não participa destas reuniões. Quando muito flagrava o olhar dela pelas brechas da parede da casa onde nos reuníamos. Kanamari nunca fechava as decisões nestas reuniões. Terminávamos com “vamos pensar e depois conversamos mais”. Então vinha um processo das muitas conversas entre famílias em espaços cotidianos diversos onde a matriarca tinha o espaço de opinião. Uma vez instituída a fala da matriarca as nomeadas lideranças já podiam assumir compromissos e firmar acordos com nossa atuação.

Institui neste exemplo o enfoque que destaco já finalizando este texto: há um protagonismo ancestral das mulheres, que é protegido no formato em que os kanamari

designam personagens masculinos para ocupar estas novas funções sociais, que se relacionam com os agentes representantes da sociedade envolvente.

Este protagonismo feminino aparenta uma forma em extinção, a depender do destino social do contato interétnico porvir. Não está restringindo ou reduzindo as mulheres kanamari em sua trajetória social, mas representa uma solução comunitária para afirmação de identidade e remodelagem social que são inevitáveis.

O ritual kohanán, como exemplo demonstrativo, retrata a vitalidade dos acordos sociais internos nos processos vitais de sobrevivência e constituição dos grupos locais kanamari. A região amazônica em questão vive um tempo de proteção ambiental, o que certamente favorecerá a manutenção deste poder feminino por uma temporalidade mais extensa.

Fica como tarefa as estratégias sociais de interação e fortalecimento de ações indigenistas para consolidar a visibilidade para sociedade envolvente destas soluções internas. Este protagonismo feminino pode ser uma chave de leitura para novos segmentos de relacionamento com as comunidades kanamari. Para agentes sociais da sociedade envolvente que possuem responsabilidade de implementar as novas políticas públicas esta possibilidade pode inverter prioridades e constituir novas ações.

## **Bibliografia**

- CARVALHO, Maria Rosário e SOUZA Jurema Machado. Raça, Gênero e Classe em perspectiva comparativa: nordeste do Brasil e Amazônia Ocidental. <http://www.desafio.ufba.br/gt1-011.html> s/d
- CARVALHO, Maria Rosário Gonçalves de. Os Kanamari da Amazônia ocidental: história e etnografia. São Paulo : USP, 1998. 336 p. (Tese de Doutorado)
- CHAUÍ, Marilena. Brasil, mito fundador e sociedade autoritária. 4ª reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Sobre as salvas de palhinha pintadas pelas índias da Vila de Santarém, as quais foram remetidas no caixão n.º 3, da primeira remessa do Rio Negro (Barcelos, 05/02/1786). In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA.

Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão Pará, Rio Negro e Cuiabá. Memórias - Antropologia. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1974.

L'ESTOILE, Benoît de, NEIBURG, Federico e SIGAUD, Lygia (orgs.). 2002. Antropologia, Impérios e Estados nacionais. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ. 295 pp.

REESINK, Edwin. Imago Mundi Kanamari. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ — Museu Nacional — Programa de Pós-graduação em Antropologia, 1994.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A inconstância da Alma Selvagem – e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac &Naify, 2002.

---

<sup>1</sup> Texto apresentado originalmente ao Seminário Internacional Fazendo Gênero 7, promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina em agosto de 2006.

<sup>2</sup> O período do relato (1786) sequer representa o primeiro ciclo da borracha, que irá alterar a idéia de produção de riqueza e desenvolvimento social na região Amazônica. É importante destacar o notório do sistema de exploração da mão-de-obra indígena no contexto da expropriação da riqueza local e fomento a lucratividade do colonizador. Na região amazônica a exploração pela troca de produtos indígenas na relação de troca por produtos industrializados da sociedade externa é nomeada por MARRETAGEM. Este sistema não é desconhecido considerando a constituição de colonização no território nomeado hoje Brasil. É nomeado de formas diferentes, mas está diretamente associado ao processo de desapropriação da propriedade material e intelectual da população colonizada, bem como a expropriação de bens simbólicos e submissão ao trabalho escravo.

<sup>3</sup> Sugiro o livro *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais* como literatura para auxiliar nesta questão. Discute-se muito no meio o quanto servil os estudos antropológicos foram (ou são?) aos interesses colonialistas dos projetos de nação impostos a diversas populações ao longo dos séculos XIX e XX.

<sup>4</sup> O rio Juruá, um dos afluentes do rio Solimões, que por sua vez é um dos afluentes do rio Amazonas, tem sua cabeça aos pés da Cordilheira do Andes, em território peruano, e transcorre seu leito ao longo do Estado do Acre. Chama-se Médio Juruá o percurso que vai do Município de Cruzeiro do Sul, no Acre, ao Município de Carauari, no Estado do Amazonas. Esta região nomeada Médio Juruá e seus afluentes é habitação territorial ancestral Kanamari.